

CURSO DE PEDAGOGIA DA UESB NA MODALIDADE PRESENCIAL (CAMPUS DE VITÓRIA DA CONQUISTA) E MODALIDADE À DISTÂNCIA (CAMPUS DE ITAPETINGA): CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Larissa Macieis de Jesus

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Sheila Cristina Furtado Sales

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente artigo aborda a formação de professores de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em suas duas modalidades: a presencial, oferecida pelo *campus* de Vitória da Conquista, e a modalidade à distância, ofertada pelo *campus* de Itapetinga. Este trabalho, que ainda está em andamento, considerou aspectos como: legislação e diretrizes que fomentam a formação do pedagogo; características dos cursos formadores de professores; e currículos das duas modalidades (presencial e EAD) do curso de Pedagogia da UESB – *campus* de Vitória da Conquista e de Itapetinga. Esses aspectos são apresentados a partir de análises dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) de cada modalidade do curso em questão e tem como objetivo descrever o impacto dessas duas formas de ensino para a comunidade atendida.

Palavras-chave: Formação de Professores. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade Presencial e à Distância.

Introdução

Discussões sobre formação de professores são antigas e, embora haja as peculiaridades e desafios de cada tempo, trata-se de um tema sempre muito atual. A cada ano, novos temas e problemáticas são trazidos à tona como possibilidades de contribuir para reflexão e melhoria dos cursos de licenciatura. Isso demonstra o quanto se faz necessária à investigação sobre essa temática, não só em relação à formação inicial, mas também em relação à formação continuada.

Nessa perspectiva, o objetivo principal deste artigo será discutir o tema “Formação de professores”, contemplando aspectos legais e apresentando, também, dados específicos sobre os cursos de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), tanto na modalidade presencial, implantada no *campus* de Vitória da Conquista-

BA¹, quanto na modalidade à distância (EAD), presente no *campus* de Itapetinga. Assim, serão abordados, nessa discussão, pontos sobre o curso de Pedagogia da UESB, a partir de documentos norteadores emitidos pelo Conselho Nacional de Educação – tais como Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia e Projeto Político Pedagógico das duas modalidades em estudo (Presencial e EAD) –, bem como dados resultantes da análise da matriz curricular atual de ambos os Projetos do curso em questão. Faz-se necessário enfatizar que os dados e análises aqui apresentados são preliminares, já que o trabalho de pesquisa ainda não foi finalizado.

A seguir será apresentada a metodologia utilizada para efeito do desenvolvimento da pesquisa.

1. Metodologia

Como procedimentos metodológicos, utilizamos o método de pesquisa descritivo. Tal método preza pela descrição, análise e interpretação do funcionamento do objeto de estudo e de suas características. Como explicam Gerhardt e Silveira (2009 p.35), tal método exige do investigador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar, visando descrever características de determinado fenômeno.

Quanto à abordagem, optamos por um viés qualitativo de pesquisa, que, segundo Gerhardt e Silveira (2009 p.32), é um tipo de abordagem que se concentra “[...] na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais [...]”; ou seja, se preocupa com aspectos sociais que não podem ser quantificados.

A respeito do tipo de pesquisa, o presente trabalho se caracteriza como um estudo de natureza documental e bibliográfica: documental, porque foram utilizados documentos relacionados à formação de professores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e, também, os Projetos Políticos Pedagógicos de ambas as modalidades do curso em estudo; e bibliográfico, porque se fundamentou em livros e artigos de autores como Gatti e Saviani. Em relação à pesquisa do tipo bibliográfica, de acordo com Severino (2007), esta:

¹ A UESB é uma universidade *multicampi* (Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista) e em cada *campus* foi implantado um curso de Licenciatura em Pedagogia. Apesar de se tratar de uma única Instituição de Ensino Superior, em cada *campus*, o curso dispõe de Projeto Pedagógico próprio, fazendo com que a ênfase e a matriz curricular de cada *campus* sejam distintas.

[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p.122).

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica e diante da expressividade do tema “Formação de Professores”, foi feito um levantamento histórico de discussões sobre esse tema, utilizando autores como Gatti (2010), Borges, Aquino e Puentes (2011) e Saviani (2009). Conforme Luna (1997, p.21) descreve, esse tipo de pesquisa bibliográfica, que traz um pouco do histórico do objeto em estudo, é extremamente importante e tem como principal objetivo “[...] a recuperação da evolução dentro de um quadro de referência que se explique os fatores determinantes e as implicações das mudanças”.

Em síntese, para efeito desse trabalho, pode-se dizer que foi realizado, metodologicamente, uma pesquisa na qual foi desenvolvido um estudo bibliográfico-documental, centrado na análise dos planos de cursos e legislações que as direcionam, assim como das contribuições dos estudiosos da área a partir da busca bibliográfica. Ademais, vale salientar que, a partir das leituras feitas, foi possível traçar um breve histórico da formação de professores no Brasil, apontando perspectivas e também considerações sobre a formação de professores no curso de Pedagogia da UESB.

2. A Instituição em estudo

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, de acordo as informações colhidas no site oficial da instituição, é uma universidade *multicampi*, formada pelo *campus* de Jequié, o *campus* de Itapetinga, e o *campus* de Vitória da Conquista, onde está localizada a sua sede administrativa. Fundada em 28 de maio de 1980, a referida instituição completou 40 anos em 2020 e atualmente é uma das principais responsáveis pela distribuição do saber e formação de profissionais no Estado da Bahia, sendo, também, grande referência do Ensino Superior no Brasil. Além de ofertar dezenas de cursos de graduação presencial, semipresencial e EAD, a UESB possibilita o ingresso em cursos de pós-graduação, como especializações, mestrados e doutorados. Hoje, a UESB conta com 47 cursos de graduação, distribuídos entre as cidades de Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista. A respeito do processo seletivo, metade das vagas são oferecidas por meio do Vestibular anual da Instituição e a outra metade, ao menos

até o ano de 2020², eram disponibilizadas à comunidade por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é vinculado ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ainda de acordo com o site, a instituição é formada por uma Organização Acadêmico-Administrativa, formada por: Conselho Universitário (CONSU), Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho de Administração (CONSAD), e também a Reitoria – que é o órgão executivo da administração superior responsável pela parte de planejamento, de coordenação, de supervisão, de avaliação e de controle da Universidade.

3. Formação Docente

Na história da formação de professores no Brasil, inicialmente, de acordo com Gatti (2010), existiam instituições que eram chamadas de Escolas Normais, as quais atendiam apenas as classes da elite brasileira. Com o passar do tempo, devido às demandas da expansão industrial e do capitalismo, essas escolas ganharam uma nova função: diminuir o índice de analfabetismo, visando atender as demandas das novas políticas neoliberais. Partindo disto, seria importante formar professores para a instrução da classe popular. Nesse sentido, como destacam Gatti e Barreto (2009, p.11), “[...] com as demandas da expansão industrial e do capital, os investimentos públicos no ensino fundamental começam a crescer e a demanda por professores também aumenta”. Nessa mesma direção, Saviani (2009) explica que para formar os professores para as escolas primárias:

[...] as Escolas Normais preconizavam uma formação específica. Logo, deveriam guiar-se pelas coordenadas pedagógico-didáticas. No entanto, contrariamente a essa expectativa, predominou nelas a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico. (SAVIANI, 2009, p.144).

As Escolas Normais, que correspondiam ao nível secundário³, segundo Gatti (2010), promoveriam a formação de professores para os primeiros anos do Ensino Fundamental e para a Educação Infantil. Essa disposição vigorou até recentemente, quando, a partir da Lei nº

² Para o ano de 2021 o Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UESB, a partir de reunião realizada em dezembro de 2020, não permitiu a entrada pelo SISU

³ Equivalente ao que, a partir de meados do século XX, passou a se chamar anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

9.394/96 (BRASIL, 1996), estabeleceu-se que a formação desses docentes deve ser de nível superior. Segundo a autora (GATTI, 2010, p.2), foi a partir do início do século XX que se observou, de forma mais marcada, a preocupação com a formação de professores do nível secundário de ensino, em cursos regulares.

Nesse contexto, é que, para Borges, Aquino e Puentes (2011), se dá a criação do curso superior de Pedagogia, visando à formação específica de um profissional para essa função, visto que, até então, tal ofício era exercido por quaisquer profissionais liberais ou autodidatas sem estudos específicos; para, além disso, a criação da instituição de ensino superior se deu, conforme os autores, devido à industrialização que o país estava vivendo, havendo, portanto, a necessidade de maior escolarização e, conseqüentemente, da expansão do sistema de ensino. Nesse sentido, como reforçam os estudiosos, o aumento da demanda de professores apareceu como uma consequência natural desse processo.

No que se refere à matriz curricular do curso em questão, antes da década de 1930, nos primeiros três anos de curso, os pedagogos em formação tornavam-se bacharéis habilitados a trabalharem como técnicos da educação, mas não poderiam lecionar. No entanto, como destaca Gatti (2010), no final dos anos 1930, passou-se a acrescentar à formação de bacharéis um ano a mais de estudos, abrangendo disciplinas da área de educação dedicadas à Didática e à Prática de Ensino para a obtenção da licenciatura (formação que era denominada, popularmente, na época, “3 + 1”) – com esses quatro anos de formação, os discentes estariam licenciados para atuarem no ensino secundário.

Em síntese, diferentemente de como é concebido hoje, a formação em Pedagogia, nessa época, era dividida em duas, bacharelado e licenciatura. Essa dicotomia acabou por restringir a uma parte do curso (no bacharelado) a função de atuar como técnico em educação, e à outra parte (na licenciatura) a função de lecionar as disciplinas de História, Geografia, Estudos Sociais, dentre outras, no Curso Normal de nível secundário.

3. Legislação para formação do curso de Pedagogia.

O curso de Pedagogia, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.190/1939, foi entendido, inicialmente, como uma formação de técnicos em educação. De acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), no ano de 1969, o Parecer CFE nº 252/69 “[...] indicavam como finalidade do curso [de Pedagogia] preparar profissionais da educação assegurando possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de

estudos.” (BRASIL, 2005, p.3). A partir dos anos de 1980, o curso de Pedagogia, em algumas universidades, passou a formar os professores para atuarem na pré-escola e nas séries iniciais do ensino fundamental. Desde então, o curso passou a possuir maior diversificação curricular, ampliando as possibilidades de atuação do pedagogo. Assim, de acordo com artigo 2º das Diretrizes:

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006, p.1)

De acordo com o Parecer CNE/CP, nº 3/2006, das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, historicamente, o objeto e finalidade principal do curso de Pedagogia no Brasil estiveram relacionados aos “[...] processos educativos em escolas e em outros ambientes, sobremaneira a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização” (BRASIL, 2006, p.6).

Atualmente, segundo os Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e nº 3/2006, as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em cursos de Educação Profissional na área de serviços em apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, acompanhamento e avaliação do setor educacional, produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional em contextos escolares e não escolares.

A partir da resolução do CNE/CP, nº 3/2006, foram instituídas novas Diretrizes Curriculares. Tais diretrizes trouxeram algumas mudanças para o curso de Pedagogia. Uma das principais foi à determinação de que todas as instituições de ensino deveriam extinguir a formação de magistério como habilitação para lecionar, exigindo dos professores formação superior em Pedagogia. Outras mudanças previstas nessa nova resolução estiveram relacionadas ao currículo do curso, a saber: ao invés das 2.800 horas anteriormente instituídas como mínimo para efetivação do curso, foram determinadas 3.200 horas de carga horária de efetivo trabalho acadêmico; outros pontos da regulamentação também determinam que pelo menos 2.800 horas devam ser destinadas às aulas, seminários, pesquisas e atividades práticas; e as outras 400 horas, sendo que 300 horas deverão ser destinadas ao estágio supervisionado

(que será, preferencialmente, na docência de educação infantil e na dos anos iniciais do ensino fundamental), e as outras 100 horas, no mínimo, deverão ser dedicadas às atividades de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos. A partir desses dados, é possível observar que, ao longo dos anos, o curso de Pedagogia passou e vem passando por mudanças, tanto no que se refere à concepção e organização curricular do curso, quanto no perfil dos profissionais pedagogos. A seguir, serão abordados os aspectos do curso de Licenciatura em Pedagogia da UESB, levando-se em conta o Projeto Político Pedagógico (PPP) em vigor.

4. Pedagogia Presencial (*campus* da UESB de Vitória da Conquista)

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2012), a criação do curso de Pedagogia da UESB de Vitória da Conquista se deu em 1998, a partir da necessidade de qualificação de profissionais da área na região. E, desde então, tal curso tem se constituído como referência de qualidade não só na formação de professores, mas também na produção científica e em ações relevantes para a comunidade.

Sabe-se que, para se pensar a formação docente, hoje, é necessário entender que os cursos de licenciatura devem preparar os professores em formação para a realidade educacional, dando-lhes condições básicas para que possam viabilizar produzir e socializar conhecimentos. Segundo o Projeto Político Pedagógico (2012) do curso presencial de Licenciatura em Pedagogia da UESB, *campus* de Vitoria da Conquista, o foco social deve ser o ponto de partida e de chegada da prática pedagógica; ou seja, é necessário fomentar uma vivência que possibilite ao licenciando a inter-relação constante entre teoria e prática mediada por conhecimentos sobre educação, visando sempre à formação de um sujeito crítico sobre a realidade e disposto a atuar pela transformação social da mesma. Esse viés de se considerar a junção entre teoria e prática, bem como a formação de um sujeito crítico, pelo curso de Pedagogia da UESB de Vitória da Conquista pode ser observado no trecho a seguir, retirado do texto do Projeto Político Pedagógico do referido curso:

A UESB dedica seus esforços por uma prática fundada nos princípios de formação, reflexão, criação e crítica, de modo a consolidar sua vocação interna, dirigida para produção e revitalização permanente do conhecimento, a fim de responder às demandas do mercado regional, com profissionais dotados de competência técnica, capacidade crítica e criativa, em condições de exercer seu papel na sociedade. (Projeto Político Pedagógico, 2012, p.11).

Nesse sentido, tanto o curso de Pedagogia como os demais cursos oferecidos pela UESB têm em vista uma formação completa do sujeito; e, quando se fala nas licenciaturas, esta universidade busca não apenas formar um professor simples, mas sim, acima de tudo, formar um sujeito com opinião crítica e um pensamento político-social-emancipatório, de modo que seja um profissional da educação preparado para as variadas questões que possam surgir durante sua atuação como mediador do conhecimento. Como diz Paulo Freire, e como aspira a UESB, “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. (FREIRE, 1996, p. 42).

Em relação à organização do curso, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), a graduação em Pedagogia é estruturada da seguinte forma: carga horária total de 3.205 horas, distribuídas em atividades acadêmicas obrigatórias e optativas. O Curso tem 8 (oito) semestres letivos, nos quais o aluno deve cursar 7 (sete) disciplinas optativas, com 60 (sessenta) horas, totalizando 420 (quatrocentos e vinte) horas.

O Regime Acadêmico do curso é semestral, com matrícula por disciplina (sistema de créditos). A quantidade de vagas é de 80 (oitenta) anuais, e estas são distribuídas em duas turmas de quarenta alunos, das quais, uma turma ingressa no primeiro semestre, e a outra no segundo semestre do mesmo ano, sendo que uma funciona no período matutino e a outra no período noturno. Quanto às atividades práticas, as turmas são subdivididas segundo os critérios definidos no Projeto Pedagógico Curricular do curso de cada disciplina.

Para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, o discente deverá cumprir frequência mínima de 75% do percentual total das cargas horárias de todas as disciplinas, práticas e teóricas; bem como terá de, dentro dos prazos estabelecidos, ter obtido todos os créditos das atividades acadêmicas propostos na Estrutura Curricular. Formados, estes profissionais estarão habilitados a serem professores na educação infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, na EJA (Educação de Jovens e Adultos), assim também como atuarem na gestão escolar e em outras funções afins.

O próximo tópico a ser abordado trará alguns aspectos que caracterizam a modalidade de ensino à distância.

5. Educação EAD

A educação à distância (EAD) é uma modalidade de educação que é intermediada pelas tecnologias digitais, em que discentes e docentes estão separados espacial e/ou temporalmente. A EAD, de um modo geral, surgiu da necessidade de preparar profissionais que, por vários motivos, não poderiam frequentar uma instituição de ensino de forma presencial, e, utilizando-se, em cada momento da história, das tecnologias disponíveis para essa finalidade, possibilitou essa alternativa de ensino que está cada vez mais presente na atualidade.

Diferentemente de como muitos pensam, essa modalidade de ensino não ocorria exclusivamente por meio da internet, ela se dava por meio da TV, do rádio e até mesmo por meio de jornais. Segundo Maia e Mattar (2007), a primeira forma de ensino à distância era por correspondência – um exemplo disso foi à escola de línguas por correspondência, criada em 1856 por Charles Toussaint e Gustav Langenscheit, uma escola visionária no uso desse modelo de ensino. Seguindo esse formato, a educação à distância iniciou com cursos pequenos, os quais, no Brasil, eram entregues pelos Correios – eram chamados de “Estudo por correspondência”.

No caso do Brasil, o início da educação à distância aconteceu, no começo do século XX, por intermédio do rádio e do papel impresso. Posteriormente, nos anos 90, fim do século XX, a educação a distância ganha mais destaque nos Projetos Pedagógicos Nacionais, e é inserida na legislação nacional em 1996, obtendo o reconhecimento como uma nova modalidade de educação. Após isso, a EAD alcançou uma forte expansão, pois houve aumento no acesso às universidades através da nova modalidade. Uma das causas desse crescimento também se deve à criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 2005. A UAB foi estabelecida com o intuito de expandir a educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (SANTOS 2018). A Universidade Aberta do Brasil foi um dos programas de educação a distância pioneira na formação de professores da rede pública de ensino, sendo este instituído em consonância com o Decreto nº 5.622/05 com o objetivo de expandir a interiorização da oferta de cursos e programas à distância de educação superior. A partir do decreto Nº 9.057 de 25 de maio de 2017 ficou definido que:

Art. 1º Para os fins deste Decreto considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliações compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades

educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, p.2)

Art. 2º A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade à distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados. (BRASIL, 2017, p.2).

Sendo assim, como dispõe a lei, para que uma instituição de ensino possa oferecer um curso EAD credenciado, seja ele graduação ou pós-graduação, é preciso ter autorização do MEC – Ministério da Educação. Na sequência será apresentado o curso de Pedagogia, modalidade à distância, oferecido pelo *campus* da UESB de Itapetinga.

6. Pedagogia EAD (*campus* da UESB de Itapetinga)

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2013) da graduação em licenciatura em Pedagogia na modalidade a distância da UESB, localizada na cidade de Itapetinga, o curso em questão visa formar professores que possam desenvolver suas funções na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, tanto nos setores públicos como privados, com o propósito de contribuir para o fortalecimento e melhoria da qualidade do ensino atrelado à qualificação do corpo docente no Ensino Básico. A previsão para conclusão do curso é de 8 (oito) semestres, com duração mínima de 04 (quatro) anos e máxima de 06 (seis) anos, perfazendo uma carga horária de 3.205 horas, assim como no curso presencial, distribuídas em oito módulos, com encontros presenciais e à distância. De acordo com o PPP⁴, as diretrizes adotadas ao ensino de graduação à distância na UESB concebem uma formação de profissionais voltados para uma atuação eficaz e crítica no mundo que está em constantes mudanças. A qualidade de ensino, para essa instituição, é pautada não por uma formação tecnicista, mas sim voltada para a formação de um profissional comprometido com a utilização de conhecimentos para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, conforme reitera o texto do PPP, a formação de professores deverá oferecer estratégias que lidem com as competências técnicas, humanas, sociais, políticas e tecnológicas, quais sejam: o fazer pedagógico, a autonomia do professor, o saber acadêmico, o desenvolvimento profissional, o compromisso político na formação do cidadão, a reflexão e a criticidade.

⁴ Projeto Político Pedagógico.

Como reflete o Projeto Político Pedagógico (2013), no momento, a sociedade está passando por grandes mudanças, as quais se caracterizam pela alteração dos papéis dos professores e das escolas, bem como das condições e possibilidades de ensino que implicam na necessidade de ampliação da formação de professores, considerando tanto o modelo de educação presencial como o modelo de educação à distância. E, com a crescente demanda por formação inicial e continuada, atrelada à necessidade de otimização do tempo, própria da sociedade contemporânea, tem-se observado um aumento contínuo da oferta de cursos nos níveis de graduação, extensão e pós-graduação que são à distância.

Em suma, o curso de Pedagogia na modalidade a distância do campus da UESB de Itapetinga tem como objetivo principal formar profissionais que não poderiam frequentar uma instituição de ensino de forma presencial, mas que desejam atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse sentido, o curso EAD de Pedagogia do *campus* em questão se vê com o mesmo compromisso assumido pelo curso presencial do *campus* de Vitória da Conquista: que é o de promover a esses profissionais o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade educacional em suas múltiplas linguagens, contribuindo para a compreensão desses acerca das exigências educacionais e da necessidade de se formarem professores capazes de uma conduta pedagógica crítica e contextualizada na realidade dos seus alunos.

Considerações finais

Fazendo um apanhado geral, algumas considerações são importantes para a análise das diferentes concepções acerca das modalidades de ensino. Se tratando do processo de formação de professores, duas questões sempre são levantadas: o aprender a aprender e o aprender a ensinar. Neste sentido, a UESB, como está especificado no Projeto Político Pedagógico da instituição, vem buscando cada vez mais se adequar ao contexto em que vivemos e às necessidades da comunidade local. Como é de conhecimento geral, o número de faculdades privadas que formam professores tem crescido muito nos últimos anos. É sabido também que muitas destas instituições não têm tido um compromisso com uma educação de qualidade – estão apenas atendendo aos interesses do mercado capitalista. Nesse sentido, nota-se a importância da oferta do curso de Pedagogia na modalidade à distância pela UESB, pois esta, por meio de variadas metodologias de ensino, tem buscado, na medida do possível, oferecer uma formação pautada na qualidade e no compromisso com a educação.

No que diz respeito à modalidade presencial do curso de Pedagogia da UESB, como descreve o PPP, a instituição referida entende a educação como um fato social pelo qual a sociedade transmite o seu patrimônio cultural e suas experiências de geração para geração, garantindo assim sua continuidade histórica. Ela compreende, ainda, que o professor não é o detentor de todo saber, e que, portanto, deve formar professores que tenham a consciência de que serão mediadores do aprendizado. Partindo disso, o curso de Pedagogia presencial do campus de Vitória da Conquista traz em seu currículo um ensino comprometido com uma formação de professores que sejam capazes de interpretar o mundo criticamente para, assim, proporcionar uma educação emancipatória.

Diante do exposto, pode-se concluir que a UESB, apesar das dificuldades encontradas, vem cumprindo com sua função social de produzir e socializar conhecimentos, buscando atender às demandas do contexto social, cultural e econômico em que se insere.

Referências

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CP 5, 13.12.2005. Brasília, 2005.

BRASIL. **Resolução CNE/CP N° 3**, 15 de maio de 2006. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 06 de Janeiro de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. **Conselho Federal de Educação**. *Parecer n.252/69*. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documento, Brasília.

BRASIL. **Decreto N° 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em 10 de março de 2021.

Comissão Coordenadora de Curso de Pedagogia. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista- BA, 2012.

Comissão Coordenadora de Curso de Pedagogia. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia-Modalidade à Distância**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga- BA, 2013.

ENGEL, Tatiana; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de Professores no Brasil**: Características e Problemas. Campinas, v. 31, n. 113, out. dez. 2010.

GATTI, Bernadete; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores no Brasil**: impasses e desafios. UNESCO, Brasília: UNESCO, 2009.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. - São Paulo: EDUC, 1996.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EAD**. 1. ed. -São Paulo: Pearson Pentice Hall, 2007.

SANTOS, Larissa. A História e a expansão da educação à distância: um estudo de caso, Unicesumar. **Revista GUAL**. Florianópolis, 2018.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2009. Vol.14, n. 40, 2009. p. 143-155.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Sobre as autoras:

Larissa Macieis de Jesus

Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista - BA. E-mail: laryssagj123@gmail.com

Sheila Cristina Furtado Sales

Licenciada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação, Professora de Didática do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização Inicial, Leitura e Escrita. E-mail: scfsales@gmail.com